



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 502, DE 2004

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2001 (nº 574/2002, na Câmara dos Deputados), que modifica redação do art. 29-A e acrescenta art. 29-B à Constituição Federal para dispor sobre o limite de despesas e composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências.

RELATOR DO VENCIDO: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

I - RELATÓRIO

Originário da Câmara dos Deputados, vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A (PEC nº 55-A), que tem por objetivo alterar o art. 29-A da Constituição Federal (CF/88), fruto da Emenda Constitucional nº 25/2000, que trata dos subsídios dos Vereadores, e acrescenta o art. 29-B no Texto Constitucional, disciplinando o número de Vereadores por habitantes e, por isso mesmo, revoga o inciso IV do art. 29 da CF/88.

Ademais, a PEC nº 55-A estabelece em seu art. 3º que para os fins do art. 29-B, então criado, a população de cada Município será a constante da estimativa mais atualizada do órgão oficial de estatística.

Por fim, o art. 4º da PEC em apreço determina que o Tribunal Superior Eleitoral adotará as medidas necessárias à aplicação da Proposta para às eleições de 2004.

O relatório apresentado pelo senador Jefferson Peres não foi aprovado por esta Comissão, motivo pelo qual, se confecciona o respectivo voto do vencido, em decorrência da designação do seu ilustre Presidente, em atendimento ao preceituado no art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

II – ANÁLISE

Primeiramente esclareço que fazem parte integrante e complementar desta peça as argumentações por mim desenvolvidas quando da discussão da matéria perante esta Comissão, motivo pelo qual devem ser consideradas como se transcritas aqui estivessem, sendo que tais argumentações estão consolidadas nas respectivas gravações e notas taquigráficas.

Verifica-se que a PEC nº 55-A dá nova disciplina à questão do número de vereadores e respectivos subsídios, de modo a tolher os abusos hoje existentes, que são do conhecimento de todos, de modo a alterar o art. 29-A e introduzir um novo dispositivo constitucional, consubstanciado no art. 29-B.

O número de Vereadores, hoje, é disciplinado pelo inciso IV do art. 29 da CF/88. Por provocação do Ministério Público, o Supremo Tribunal Federal (STF) exarou decisão no Recurso Extraordinário (RE) nº 197.917, e que amparou decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que via Resolução nº 21.702/2004, definiu o número de Vereadores que cada Município pode ter, reduzindo em quase 9 mil o número total de Vereadores existentes.

É importante dizer, para perfeito esclarecimento da matéria, que recentemente tramitou nesta Comissão a PEC nº 07/92, também oriunda da Câmara dos Deputados e de autoria do ex-Deputado Genebaldo Corrêa. Esta PEC conta com 2 artigos. O primeiro artigo determina a supressão do inciso IV do art. 29 da CF/88 e dá nova disciplina à questão do número de vereadores. O segundo artigo determina que essa nova regra iria valer para as eleições de 1992. A matéria está em fase de segundo turno. Diga-se de passagem, que a PEC nº 7/92 aumenta em mais 5 mil o número de vagas de vereadores em todo o País.

Desta feita, a PEC nº 55-A, que englobou na Câmara dos Deputados outras PEC's que também visam melhor regular a matéria, e inclusive corrige as distorções da aludida decisão do TSE. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela de Vereadores

Projeção do nº total de Vereadores

População		Número de Vereadores	Total de Municípios	Projeção do nº total de Vereadores		
De	Até			Atual	PEC nº 55-A	Res. TSE
	7.000	7	2.029	18.659	14.203	18.261
7.001	15.000	9	1.460	14.318	13.140	13.140
15.001	25.000	11	862	9.482	9.482	7.758
25.001	50.000	13	656	8.381	8.528	5.927
50.001	75.000	15	201	3.025	3.015	2.010
75.001	100.000	17	108	1.751	1.836	1.098
100.001	250.000	19	148	2.619	2.812	1.743
250.001	500.000	21	57	1.156	1.197	889
500.001	600.000	23	7	140	161	138
600.001	700.000	25	4	84	100	84
700.001	800.000	27	5	105	135	105
800.001	900.000	29	2	42	58	42
900.001	1.000.000	31	2	42	62	42
1.000.001	1.400.000	33	5	153	165	172
1.400.001	1.800.000	35	3	109	105	111
1.800.001	2.200.000	37				
2.200.001	3.000.000	39	3	113	117	123
4.500.001	6.000.000	43	1	42	43	50
10.000.001		55	1	55	55	55
Total:			5.554	60.276	55.214	51.748

* fonte: IBGE e União de Vereadores do Brasil (UVB) – para efeito estatístico, foram excluídos, além de Brasília que não possui vereadores, 10 municípios que não possuem número de vereadores, segundo a UVB, ou não estão no cadastro do IBGE.

A tabela demonstra, de um lado as novas faixas populacionais, e do outro o número de Vereadores, na hipótese de aprovação definitiva da PEC nº 55-A. Ademais, a tabela demonstra, ainda, o número de Municípios que se enquadram em cada faixa e o número total de Vereadores em cada faixa.

Portanto, vislumbra-se de modo cristalino que:

1. há uma redução de 5.062 Vereadores em relação ao total existente hoje;
2. há aumento, significativo, do número de faixas populacionais.

Ora, este aumento no número de faixas faz com que a relação entre o número de representantes e representados sofra menos distorção em relação aos critérios adotados pelo TSE, que criou faixas muito amplas. Para se ter uma idéia, a primeira faixa abrange a grande maioria dos Municípios brasileiros, pois incide em Cidades de até 47.619 habitantes.

Assim, para exemplificar, cito exemplos de Municípios no meu Estado de Sergipe, vejamos: o Município de Amparo de São Francisco, com 2.182 habitantes, com a aprovação da PEC nº 55-A, continuará com 7 Vereadores, mas pela Resolução do TSE ele deverá ter 9 Vereadores, situação similar ao Município de São Cristóvão, com 74.647; ou ainda, ao Município de Simão Dias, com 36.813 habitantes, que também teria 9 Vereadores. Portanto, há uma distorção que, imperiosamente, precisa ser corrigida.

Cabe ilustrar que a Resolução do TSE diz que os Municípios com população entre 571.429 até 1.000.000 terão 21 Vereadores. Contudo, basta um único habitante a mais, a fim de que se adentre na faixa populacional de 1.000.000 até 1.121.95, para se ter 33 Vereadores, isto é, um aumento de 12 Vereadores!

Por fim, esclareço que a PEC entelada não é uma revogação da decisão do TSE, que procedeu tal medida com base na legislação constitucional vigente, pois esta é que precisa ser retificada. Por conseguinte, o papel do Poder Legislativo é, justamente, corrigir as distorções que induzem o Judiciário a explicar um direito muitas vezes desajustado com a realidade. Ora, o papel fundamental do Congresso Nacional, enquanto detentor do poder constituinte derivado, é corrigir e atualizar o Texto Constitucional com a vontade do povo, para que o Judiciário propale um bom direito.

III - VOTO

Em face de todo o exposto, manifestamo-nos pela aprovação integral, sem emendas, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A.

Sala da Comissão, 3 de junho de 2004

, Presidente

, Relator do Vencido

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 55-A DE 2001

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03.06.2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antonio Carlos Salazar</i>	
RELATOR DO VENCIDO: <i>sen. Antonio Carlos Salazar</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SJHESARENKO	1-EDUARDO SUPLEY
ALOIZO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA <i>Ana Júlia Carepa</i>
TÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	4-DUCIONAR COSTA
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CAPIBERIBE
MARCELO CRNELLA	7-AELTON FREITAS

PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1-KEY SUASSUNA
GARIBALDI ALVES FILHO	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-RENAN CALHEIROS
JOÃO BATISTA MOTTA	4-JOÃO ALBERTO SOUZA
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO CABRAL
PT	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-PAULO OCTÁVIO
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO	4-EFRAMES MORAIS
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
PSDB	
ÁLVARO DIAS	1-ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI	2-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

Atualizada em: 12/03/2004

VOTO VENCIDO EM SEPARADO DO SENADOR JEFFERSON PERES NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Relatório vencido

RELATOR: Senador JEFFERSON PÉRES

I - RELATÓRIO

Em dezembro de 2001, o Senador Leomar Quintanilha apresentou a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, que alterava os termos do art. 29-A da Carta Magna, com o intuito de restringir mais os limites constitucionais aos

gastos com o Poder Legislativo municipal. Aprovada nesta Casa em novembro de 2002, a PEC foi enviada à Câmara dos Deputados, onde passou a tramitar com o nº 574, de 2002.

Em agosto de 2003, a Presidência da Câmara dos Deputados houve por bem constituir uma Comissão Especial para emitir parecer sobre a PEC nº 574, de 2002. No interior dessa Comissão, juntar-se as PECs nº 89, de 1995, e 353, de 2001, a PEC nº 574 ganhou um importante acréscimo em sua substância: ao invés de limitar-se a restringir os gastos com o Poder Legislativo municipal, alterando os termos do art. 29-A, alterava também o inciso IV do art. 29 da Lei Magna, estabelecendo faixas numericamente precisas para a determinação do número de Vereadores em cada Câmara Municipal. Assim, nos termos de uma emenda aglutinativa global que consubstanciou as PECs nº 353, de 2001, e nº 574, de 2002, foi aprovada, na referida Comissão Especial, a PEC nº 574, de 2002.

Tendo retornado modificada a esta Casa, foi renumerada como PEC nº 55-A, de 2001. Em sua versão modificada, a PEC nº 55-A acrescenta duas novas faixas populacionais ao art. 29-A e reduz os limites de despesas com o Poder Legislativo municipal que cada faixa prescreve. Outrossim, como já dito, revoga o inciso IV do art. 29 da Lei Maior, e passa a regular a matéria no art. 29-B, que cria para tal fim. Neste artigo, as antigas três faixas do inciso IV são substituídas por vinte e duas novas faixas, cujo intuito é o de não mais permitir ao legislador municipal a determinação autônoma do número de seus edis, substituindo tal autonomia do poder local por uma determinação matemática do poder central.

II – ANÁLISE

A autonomia para a determinação do número de Vereadores deve ser exercida segundo o critério da proporcionalidade, conforme reza o texto do inciso IV do art. 29 da Constituição Federal. Por sinal, o Tribunal Superior Eleitoral, através da Resolução nº 21.702, de fevereiro deste ano, esclareceu os critérios de proporcionalidade, de modo a estabelecer que a Constituição Federal considera que deve haver um Vereador para cada quarenta e sete mil, seiscentos e dezanove brasileiros, respeitado o piso de nove edis. Quer-me parecer que a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral é adequada e justa, não necessitando, portanto, reparos. Sendo assim, o art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2001, que acrescenta o art. 29-B à Carta Magna, é desnecessário e capaz de induzir a erros, na

medida em que não tem o alcance econômico que tem a mencionada resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

Em nome do mesmo espírito econômico, parece-me, aí sim, adequado o art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2001, que determina a redução da parte da receita municipal a ser empregada com o Poder Legislativo local.

Outrossim, observo que a proposição está vazada em boa técnica legislativa e não padece de vício de inconstitucionalidade ou atenta contra qualquer princípio geral de direito, o que assegura sua juridicidade.

III - VOTO

Em razão do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2001, nos termos do seguinte substitutivo:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55-A (SUBSTITUTIVO), DE 2001- CCJ

Modifica a redação do art. 29-A da Constituição Federal para dispor sobre o limite de despesas com as Câmaras de Vereadores.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 29-A da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29-A

I - sete inteiros e cinco décimos por cento para Municípios com população de até cem mil habitantes;

II - seis inteiros e cinco décimos por cento para Municípios com população de mais de cem mil e de até duzentos e cinquenta mil habitantes;

III – cinco inteiros e cinco décimos por cento para Municípios com população de mais de duzentos e cinquenta mil e de até quinhentos mil habitantes;

IV – cinco por cento para Municípios de mais de quinhentos mil e de até um milhão e quinhentos mil habitantes;

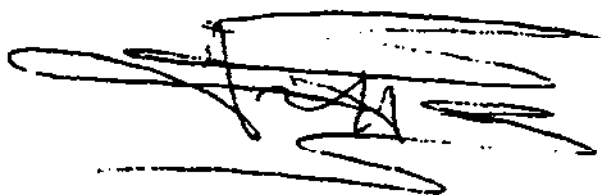
V – quatro inteiros e cinco décimos por cento para Municípios com população de mais de um milhão e quinhentos mil e de até três milhões de habitantes;

VI – quatro por cento para municípios com população acima de três milhões de habitantes.

.....(NR)“

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala da Comissão,



. Presidente

, Relator

**VOTAÇÃO NOMINAL DO RELATÓRIO
DO SENADOR JEFFERSON PERES**

CONGRESSO DE CONSTITUÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 55-A, DE 2024

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

CANDIDATO		VOTO		CATEGORIA	
FRANCISCO FALCÃO	1				
ALBERTO MACHADO	2				
ALDO VIANA	3	X			
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	4		X		
MAURO MOTA	5				
FRANCISCO REZINHA	6				
MARCELO GOMES	7				
LEONAR QUINTELLA	8				
GERALDO ALVES PEREIRA	9				
JOSE MARINHO	10	X			
JOÃO BATISTA MOTA	11				
ROMULO LIMA	12				
PROFESSOR	13				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	14				
JOSE MARINHO	15				
JOÃO BATISTA MOTA	16				
ROMULO LIMA	17				
PROFESSOR	18				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	19				
JOSE MARINHO	20				
JOÃO BATISTA MOTA	21				
ROMULO LIMA	22				
PROFESSOR	23				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	24				
JOSE MARINHO	25				
JOÃO BATISTA MOTA	26				
ROMULO LIMA	27				
PROFESSOR	28				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	29				
JOSE MARINHO	30				
JOÃO BATISTA MOTA	31				
ROMULO LIMA	32				
PROFESSOR	33				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	34				
JOSE MARINHO	35				
JOÃO BATISTA MOTA	36				
ROMULO LIMA	37				
PROFESSOR	38				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	39				
JOSE MARINHO	40				
JOÃO BATISTA MOTA	41				
ROMULO LIMA	42				
PROFESSOR	43				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	44				
JOSE MARINHO	45				
JOÃO BATISTA MOTA	46				
ROMULO LIMA	47				
PROFESSOR	48				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	49				
JOSE MARINHO	50				
JOÃO BATISTA MOTA	51				
ROMULO LIMA	52				
PROFESSOR	53				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	54				
JOSE MARINHO	55				
JOÃO BATISTA MOTA	56				
ROMULO LIMA	57				
PROFESSOR	58				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	59				
JOSE MARINHO	60				
JOÃO BATISTA MOTA	61				
ROMULO LIMA	62				
PROFESSOR	63				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	64				
JOSE MARINHO	65				
JOÃO BATISTA MOTA	66				
ROMULO LIMA	67				
PROFESSOR	68				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	69				
JOSE MARINHO	70				
JOÃO BATISTA MOTA	71				
ROMULO LIMA	72				
PROFESSOR	73				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	74				
JOSE MARINHO	75				
JOÃO BATISTA MOTA	76				
ROMULO LIMA	77				
PROFESSOR	78				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	79				
JOSE MARINHO	80				
JOÃO BATISTA MOTA	81				
ROMULO LIMA	82				
PROFESSOR	83				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	84				
JOSE MARINHO	85				
JOÃO BATISTA MOTA	86				
ROMULO LIMA	87				
PROFESSOR	88				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	89				
JOSE MARINHO	90				
JOÃO BATISTA MOTA	91				
ROMULO LIMA	92				
PROFESSOR	93				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	94				
JOSE MARINHO	95				
JOÃO BATISTA MOTA	96				
ROMULO LIMA	97				
PROFESSOR	98				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	99				
JOSE MARINHO	100				
JOÃO BATISTA MOTA	101				
ROMULO LIMA	102				
PROFESSOR	103				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	104				
JOSE MARINHO	105				
JOÃO BATISTA MOTA	106				
ROMULO LIMA	107				
PROFESSOR	108				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	109				
JOSE MARINHO	110				
JOÃO BATISTA MOTA	111				
ROMULO LIMA	112				
PROFESSOR	113				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	114				
JOSE MARINHO	115				
JOÃO BATISTA MOTA	116				
ROMULO LIMA	117				
PROFESSOR	118				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	119				
JOSE MARINHO	120				
JOÃO BATISTA MOTA	121				
ROMULO LIMA	122				
PROFESSOR	123				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	124				
JOSE MARINHO	125				
JOÃO BATISTA MOTA	126				
ROMULO LIMA	127				
PROFESSOR	128				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	129				
JOSE MARINHO	130				
JOÃO BATISTA MOTA	131				
ROMULO LIMA	132				
PROFESSOR	133				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	134				
JOSE MARINHO	135				
JOÃO BATISTA MOTA	136				
ROMULO LIMA	137				
PROFESSOR	138				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	139				
JOSE MARINHO	140				
JOÃO BATISTA MOTA	141				
ROMULO LIMA	142				
PROFESSOR	143				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	144				
JOSE MARINHO	145				
JOÃO BATISTA MOTA	146				
ROMULO LIMA	147				
PROFESSOR	148				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	149				
JOSE MARINHO	150				
JOÃO BATISTA MOTA	151				
ROMULO LIMA	152				
PROFESSOR	153				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	154				
JOSE MARINHO	155				
JOÃO BATISTA MOTA	156				
ROMULO LIMA	157				
PROFESSOR	158				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	159				
JOSE MARINHO	160				
JOÃO BATISTA MOTA	161				
ROMULO LIMA	162				
PROFESSOR	163				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	164				
JOSE MARINHO	165				
JOÃO BATISTA MOTA	166				
ROMULO LIMA	167				
PROFESSOR	168				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	169				
JOSE MARINHO	170				
JOÃO BATISTA MOTA	171				
ROMULO LIMA	172				
PROFESSOR	173				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	174				
JOSE MARINHO	175				
JOÃO BATISTA MOTA	176				
ROMULO LIMA	177				
PROFESSOR	178				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	179				
JOSE MARINHO	180				
JOÃO BATISTA MOTA	181				
ROMULO LIMA	182				
PROFESSOR	183				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	184				
JOSE MARINHO	185				
JOÃO BATISTA MOTA	186				
ROMULO LIMA	187				
PROFESSOR	188				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	189				
JOSE MARINHO	190				
JOÃO BATISTA MOTA	191				
ROMULO LIMA	192				
PROFESSOR	193				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	194				
JOSE MARINHO	195				
JOÃO BATISTA MOTA	196				
ROMULO LIMA	197				
PROFESSOR	198				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	199				
JOSE MARINHO	200				
JOÃO BATISTA MOTA	201				
ROMULO LIMA	202				
PROFESSOR	203				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	204				
JOSE MARINHO	205				
JOÃO BATISTA MOTA	206				
ROMULO LIMA	207				
PROFESSOR	208				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	209				
JOSE MARINHO	210				
JOÃO BATISTA MOTA	211				
ROMULO LIMA	212				
PROFESSOR	213				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	214				
JOSE MARINHO	215				
JOÃO BATISTA MOTA	216				
ROMULO LIMA	217				
PROFESSOR	218				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	219				
JOSE MARINHO	220				
JOÃO BATISTA MOTA	221				
ROMULO LIMA	222				
PROFESSOR	223				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	224				
JOSE MARINHO	225				
JOÃO BATISTA MOTA	226				
ROMULO LIMA	227				
PROFESSOR	228				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	229				
JOSE MARINHO	230				
JOÃO BATISTA MOTA	231				
ROMULO LIMA	232				
PROFESSOR	233				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	234				
JOSE MARINHO	235				
JOÃO BATISTA MOTA	236				
ROMULO LIMA	237				
PROFESSOR	238				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	239				
JOSE MARINHO	240				
JOÃO BATISTA MOTA	241				
ROMULO LIMA	242				
PROFESSOR	243				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	244				
JOSE MARINHO	245				
JOÃO BATISTA MOTA	246				
ROMULO LIMA	247				
PROFESSOR	248				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	249				
JOSE MARINHO	250				
JOÃO BATISTA MOTA	251				
ROMULO LIMA	252				
PROFESSOR	253				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	254				
JOSE MARINHO	255				
JOÃO BATISTA MOTA	256				
ROMULO LIMA	257				
PROFESSOR	258				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	259				
JOSE MARINHO	260				
JOÃO BATISTA MOTA	261				
ROMULO LIMA	262				
PROFESSOR	263				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	264				
JOSE MARINHO	265				
JOÃO BATISTA MOTA	266				
ROMULO LIMA	267				
PROFESSOR	268				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	269				
JOSE MARINHO	270				
JOÃO BATISTA MOTA	271				
ROMULO LIMA	272				
PROFESSOR	273				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	274				
JOSE MARINHO	275				
JOÃO BATISTA MOTA	276				
ROMULO LIMA	277				
PROFESSOR	278				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	279				
JOSE MARINHO	280				
JOÃO BATISTA MOTA	281				
ROMULO LIMA	282				
PROFESSOR	283				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	284				
JOSE MARINHO	285				
JOÃO BATISTA MOTA	286				
ROMULO LIMA	287				
PROFESSOR	288				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	289				
JOSE MARINHO	290				
JOÃO BATISTA MOTA	291				
ROMULO LIMA	292				
PROFESSOR	293				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	294				
JOSE MARINHO	295				
JOÃO BATISTA MOTA	296				
ROMULO LIMA	297				
PROFESSOR	298				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	299				
JOSE MARINHO	300				
JOÃO BATISTA MOTA	301				
ROMULO LIMA	302				
PROFESSOR	303				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	304				
JOSE MARINHO	305				
JOÃO BATISTA MOTA	306				
ROMULO LIMA	307				
PROFESSOR	308				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	309				
JOSE MARINHO	310				
JOÃO BATISTA MOTA	311				
ROMULO LIMA	312				
PROFESSOR	313				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	314				
JOSE MARINHO	315				
JOÃO BATISTA MOTA	316				
ROMULO LIMA	317				
PROFESSOR	318				
ANTONIO CARLOS VILAVIEJA	319				
JOSE MARINHO	320				
JOÃO BATISTA MOTA	321				
ROMULO LIMA	322				
PROFESSOR	3				

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/06/2004

Send for EDISON LORLO

Prüfungsausschuss

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO DEVE CONSIDERAR-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (11 P, art. 132, de 1947)

**VOTO EM SEPARADO DO SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
REJEITADO NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Há mais de 30 anos, o Brasil discute diferentes soluções para a definição do número de vereadores nas Câmaras Municipais e mecanismos de fixação dos subsídios dos edis. O assunto tem sido objeto de ações judiciais de iniciativa de cidadãos que defendem não apenas redução do número de cadeiras nos Legislativos Municipais, mas também a limitação do percentual de verbas a eles destinados, por considerá-los grandes ralos pelos quais escoam recursos que faltam para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para os investimentos sociais destinados ao atendimento das camadas mais pobres da população. Aqui no Congresso, até pelas ligações políticas que temos com os vereadores, o debate do assunto tem sido permanente.

Em dezembro de 2001, o Senador Leomar Quintanilha apresentou a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, que alterava os termos do art. 29-A da Carta Magna, com o intuito de restringir mais os limites constitucionais aos gastos com o Poder Legislativo municipal. Aprovada nesta Casa em novembro de 2002, a PEC foi enviada à Câmara dos Deputados, onde passou a tramitar com o nº 574, de 2002.

Em agosto de 2003, a Presidência da Câmara dos Deputados houve por bem constituir uma Comissão Especial para emitir parecer sobre a PEC nº 574, de 2002. No interior dessa Comissão, juntar-se as PECs nº 89, de 1995, e 353, de 2001, a PEC nº 574 ganhou um importante acréscimo em sua substância: ao invés de limitar-se a restringir os gastos com o Poder Legislativo municipal, alterando os termos do art. 29-A, alterava também o inciso IV do art. 29 da Lei Magna, estabelecendo faixas numericamente precisas para a determinação do número de Vereadores em cada Câmara Municipal. Assim, nos termos de uma emenda aglutinativa global que consubstanciou as PECs nº 353, de 2001, e nº 574, de 2002, foi aprovada, na referida Comissão Especial, a PEC nº 574, de 2002.

Tendo retornado modificada a esta Casa, foi renumerada como PEC nº 55-A, de 2001. Em sua versão modificada, a PEC nº 55-A acrescenta duas

novas faixas populacionais ao art. 29-A e reduz os limites de despesas com o Poder Legislativo municipal que cada faixa prescreve. Outrossim, como já dito, revoga o inciso IV do art. 29 da Lei Maior, e passa a regular a matéria no art. 29-B, que cria para tal fim. Neste artigo, as antigas três faixas do inciso IV são substituídas por vinte e duas novas faixas, cujo intuito é o de não mais permitir ao legislador municipal a determinação autônoma do número de seus edis, substituindo tal autonomia do poder local por uma determinação matemática do poder central.

III – VOTO

Em conclusão, considerando-se as razões expostas, concluímos pela apresentação de três emendas à Proposta de Emenda Constitucional nº 55-A de 2001:

EMENDA Nº

Suprime-se o art. 2º da Proposta de Emenda Constituição nº 55-A, de 2001.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda Constituição nº 55-A, de 2001, a seguinte redação:

Art. 1º O caput do art. 29-A da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, suprimindo-se os incisos de I a VI:

“Art.29-A O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar a 4% da receita líquida do município realizada no exercício anterior.”

EMENDA Nº

Acrescente-se à Proposta de Emenda Constituição nº 55-A, de 2001, os seguintes dispositivos:

Art. 1º As alíneas a e b do inciso VI do art. 29 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29

VI -

a) em Municípios de até quinze mil habitantes, o cargo eletivo de vereador será considerado honorífico, vedada a percepção de remuneração ou ajuda de custo de qualquer espécie, assegurada a contagem do tempo de exercício do mandato como primeiro critério de desempate na hipótese de empate em número de votos na disputa de cargos eletivos e como título nos concursos públicos para cargos ou empregos públicos municipais ou estaduais." (NR)

b) em Municípios de quinze mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

Art. 2º Fica assegurado o direito dos atuais vereadores de perceberem o subsídio fixado até o final do mandato.

JUSTIFICAÇÃO

A primeira emenda visa a suprimir da Proposta em exame nesta Comissão o artigo 2º, que fixa o número de Vereadores de acordo com a população dos Municípios, por entendermos que a solução que melhor atende aos interesses nacionais e à realidade sócio-econômica dos municípios brasileiros é a resolução 21.702 do Tribunal Superior Eleitoral, que reduz consideravelmente o número de vereadores. Dos atuais 60.276 vereadores, pela resolução do TSE ficaríamos reduzidos a 51.748 vereadores. Ou seja, havia uma diminuição de 8.528 cadeiras nas Câmaras Municipais. A alternativa contida na PEC 55-A é um paliativo, que reduz o número de vereadores a 55.214, ou seja, 5.062 vereadores. Ou seja, a PEC 55-A preserva 3.466 vereadores que seriam cortados pela resolução do TSE.

A segunda emenda que estou apresentando visa a limitar a 4% da receita líquida dos municípios os gastos com as Câmaras dos Vereadores. A sistemática atual e a solução apresentada na PEC 55-A nos parecem inadequadas. Não considero justo o critério de estabelecer limites de gastos com o Poder Legislativo municipal proporcionalmente à população dos municípios. Primeiro, porque há cidades com grande número de habitantes e, portanto, com grandes demandas sociais a serem atendidas e, ao mesmo tempo, com receita própria diminuta. De outro lado, temos cidades com população menor e com alto grau de industrialização, que lhes garante arrecadação tributária expressiva, e que seriam obrigadas a destinar menor

parcela de suas receitas para a manutenção do Poder Legislativo Municipal. Minha proposta é que os gastos com as Câmaras de Vereadores não possam, em nenhuma hipótese, ultrapassar a 4% da receita, seja qual for a receita municipal. Assim, os municípios vão dispor de maiores verbas para investir na melhoria da qualidade de vida de suas populações e terão de recorrer cada vez menos a financiamentos e empréstimos para atender às necessidades de seus habitantes.

Finalmente, estamos apresentando ainda emenda que visa a tornar honorífico o cargo de vereador nas cidades com até 15 mil habitantes. Entendemos que nas cidades pequenas os vereadores podem conciliar sua atividade política com as suas atividades profissionais ou comerciais. Afinal, as Câmaras Municipais se reúnem a cada 15 dias, às vezes uma vez por mês, apenas. De outro lado, objetivamos com essa proposta resgatar as vocações políticas municipais e acabar com o carreirismo, desestimulando aqueles candidatos que buscam a vereança como fonte de renda e de promoção social. Esse dispositivo atingirá 60 por cento dos municípios brasileiros, os quais passarão a gastar menos com as Câmaras Municipais e terão, portanto, maior volume de recursos para investimentos em benefício de suas populações.

Apresento, portanto, neste voto as três propostas de alterações à PEC 55-A, de 2001, convencido de estar cumprindo com o meu dever de contribuir para aprimorar a qualidade da representação política nos Municípios, de auxiliar na redução das despesas municipais com o funcionamento das Câmaras de Vereadores e de buscar o aperfeiçoamento das instituições políticas em nosso País.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 2004.


Senador **ANTERO PIRES DE BARROS**

Secretaria Especial de Edição e Publicação do Senado Federal - Brasília - DF

(OS:14135/2004)